

Barbacena Colonial: uma vila mineira na última década do setecentos

Adriano Braga Teixeira
Mestrando em História Social – UFRJ

Tendo este texto por objetivo apresentar os primeiros resultados de nossa pesquisa de mestrado, comecemos por falar do que trata a mesma. Nosso foco de estudo será a Vila de Barbacena. Acreditamos que a história da Capitania de Minas na transição do século XVIII para o XIX, apesar de ter sido nos últimos anos alvo de constante debate, ainda carece de estudos regionalizados que possam melhor reconstituir este mosaico mineiro, dentro da sua complexidade sócio-econômica. A idéia de uma Minas oitocentista, como também setecentista, diversificada e regionalmente diferenciada, tem cada vez mais se consolidado e é importante que qualifiquemos melhor esta afirmação¹.

A escolha da Vila de Barbacena não se fez de forma aleatória. Barbacena teve uma importância destacada na história política brasileira, participando de momentos decisivos da mesma. No século XVIII, abrigou alguns inconfidentes, proprietários de fazendas na região.² No século XIX, seus moradores posicionaram-se a favor do Príncipe Regente acerca dos acontecimentos que marcaram o processo de independência. A Câmara Municipal enviou um Manifesto de apoio a D. Pedro II, obtendo, com esse gesto, o título de “Nobre e mui leal Vila” para Barbacena.³

Ainda no século XIX Barbacena, ao lado de São João Del Rei, era um pólo comercial, que centralizava o fluxo de mercadorias de diversas regiões. Situadas numa região de entreposto: *“São João Del Rei drenava a maior parte das exportações de subsistência mineira, ao passo que Barbacena concentrava principalmente as exportações de algodão”*.⁴

¹ PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do Século XIX**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996.

² Os padres Manoel Rodrigues da Costa e José Lopes de Oliveira, José Ayres Gomes e Joaquim Silvério dos Reis. MASSENA, Nestor. **Barbacena: a terra e o homem**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985. p. 123-167.

³ MASSENA, Nestor. Op. Cit. P.287. Ver também: **As Câmaras Municipais e a Independência**. Vol. II. Ed. Conjunta do Conselho Federal de Cultura (MEC) e do Arquivo Nacional (Ministério da Justiça) em Comemoração ao Sesquicentenário da Independência. 1973.

⁴ LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil.- 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

Portanto, se a historiografia mineira sobre o Setecentos e o Oitocentos experimenta desde a década de 1980 um vigoroso revisionismo, é enorme a lacuna sobre o desenvolvimento histórico de Barbacena em seus múltiplos aspectos. Sendo assim, a análise aqui auferida, consta como um dos nossos primeiros percursos de pesquisa. Pretendemos traçar o perfil que perpassará a Vila, tentando perceber de que modo e até que ponto este novo espaço geográfico e político reproduziu o sistema escravista vigente na colônia, além de elencar os motivos de elevação do arraial à condição de vila, tendo como pano de fundo as trajetórias das pessoas que participaram de tal processo.

Neste sentido antes de passarmos para a análise de dados parciais da pesquisa, cumpre procurarmos contextualizar o povoamento da Vila de Barbacena ao desenvolvimento da Capitania mineira. Ao falarmos em História do Brasil do século XVIII e XIX, podemos considerar que Minas Gerais ocupa um lugar de grande destaque. De certa maneira a exploração em massa de recursos minerais no início do século XVIII, bem como o processo de ocupação dessa região determinaram grandes mudanças e transformações para a Colônia assim como para a metrópole⁵. Desta forma, o povoamento do território das Minas Gerais começou com a bandeira de Fernão Dias Pais, no último quartel do século XVII, principalmente com a descoberta do primeiro ouro manifestado por Antônio Rodrigues Arzão em 1692. Em poucos anos, os descobertos auríferos foram se enchendo de gente de toda a parte, sobretudo da Bahia e do Rio de Janeiro, que eram as regiões mais populosas da América portuguesa naquele instante, e também de Portugal.

Neste primeiro momento os desbravadores não tinham acesso direto do Rio de Janeiro às Minas. Até o fim do seiscentos, somente se conhecia o Caminho do Rio São Francisco, que ligava a cidade da Bahia às minas do rio das Velhas e o Caminho Geral do sertão, outrora Caminho Velho. Desta forma, deve-se ao bandeirante Garcia Rodrigues Pais, filho do sertanista Fernão Dias Pais, a picada primitiva do Caminho Novo a partir de 1698.⁶ Segundo descrição de Geraldo Guimarães,

“O Caminho Novo partia do Rio de Janeiro, atravessava a baixada fluminense, transpunha a serra, cortava os rios Paraíba e Paraibuna, onde posteriormente foram criados registros, atingia as hoje cidades de Matias Barbosa e Juiz de Fora. Já nas encostas da Mantiqueira, o pouso de João Gomes (hoje Santos Dumont). No alto da serra cruzava o Rio das Mortes em suas cabeceiras, depois de passar por Borda do Campo. Atingia a região do posterior Arraial da Igreja Nova (hoje Barbacena). Continuava pela Ressaca e Carandaí, indo entroncar com o já falado Caminho Velho

⁵ PAIVA, Eduardo França. **Venda Nova**: Séculos XVIII e XIX – Um Estudo de História Regional. Belo Horizonte: secretaria Municipal de Cultura, 1992. p – 22.

⁶ Sobre os caminhos que levavam à região das Minas, vale a pena conferir, por exemplo: RODRIGUES, André Figueiredo. Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo. São Paulo: USP/FFLCH, 2002. (Dissertação de Mestrado). Especialmente no capítulo I, o autor discute a formação do Caminho Novo e o povoamento de Minas, resgatando autores que também discutiram o tema.

em Amaro Ribeiro (próximo a Conselheiro Lafaiete). Daí os viajantes seguiam pelo Caminho Velho para as minas de Ouro Preto, Carmo e Rio das Velhas.⁷

Segundo este mesmo autor, ao longo do novo caminho Garcia Rodrigues Pais, instalou-se em várias áreas que posteriormente foram reconhecidas pelas autoridades em forma de sesmarias. Uma destas localidades fora a Borda do Campo, nome dado pelos caçadores de esmeraldas, pois, podia distinguir nitidamente a diversidade natural entre as matas e os campos durante toda a viagem pela região. Ao ser construído o Caminho Novo, objetivava-se chegar às minas e, para isso, ele foi orientado no sentido de alcançar um lugar na Borda do Campo onde se situava a Igreja do Campolide, passando pela Fazenda da Caveira, isto é, pelo local da Borda do Campo em que iria se situar Barbacena. Esta região fora conhecida como arraial da Igreja Nova de Campolide, devido à construção da atual Igreja de Nossa Senhora da Piedade, que data de 1738⁸. Nesta região fora instalado o registro que mais tarde passou a ser conhecido como Registro Velho, posto de fiscalização da coroa portuguesa. Neste sentido, podemos perceber que o início da povoação da Borda do Campo pode ser considerado consequência da abertura do Caminho⁹. Logicamente, neste momento a abertura do Caminho tinha por finalidade maior ligar o centro aurífero (Vila Rica) ao Rio de Janeiro, encurtando a distância e melhorando a fiscalização. Desta forma a ocupação observada nesta região, em seu princípio, não acompanhou em número a verificada no centro minerador. Contudo, o interessante a destacar é que durante o século XVIII, ao contrário do que já se pensou, além da mineração havia em Minas uma gama variada de atividades articuladas com o setor minerador, tanto na região das próprias Minas, como em outras áreas, como as que surgiram ao longo do Caminho Novo¹⁰. Enfim, o que queremos destacar é que a Vila de Barbacena integrava uma região de ocupação antiga que, durante o século XVIII, além de estar ligada à atividade nuclear mineradora, esteve relacionada a uma gama de atividades econômicas impulsionadas por esta, principalmente a agricultura¹¹.

Em sua dissertação de mestrado, André Figueiredo Rodrigues procedeu a uma análise das concessões de sesmarias para a Freguesia da Borda do Campo durante todo o século XVIII, além de analisar relatórios de posseiros residentes nos sertões proibidos da

⁷ GUIMARÃES, Geraldo. **O Caminho Novo**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João Del-Rei, v. 4, p. 27-43, 1986. p. 29.

⁸ MASSENA, Nestor. **Barbacena – A Terra e o Homem**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985. v.2. p.268

⁹ GUIMARÃES, Op. Cit. P. 37.

¹⁰ A esse respeito o pesquisa de GUIMARÃES, Carlos Magno, REIS, Liana Maria. **Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750)**. Belo Horizonte: UFMG, 1986; é exemplar ao demonstrar a concomitância de atividades agrárias no período de auge de extração aurífera. Vale a pena conferir ainda PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: USP/FFLCH, 1996. (Tese de Doutorado), especialmente o Capítulo II, quando a autora trata da trajetória de ocupação de Minas Gerais.

¹¹ PAIVA, Clotilde Paiva. Op. Cit. P. 33.

Mantiqueira, realizados por capitães de patrulha-do-mato a mando de D. Rodrigo José de Meneses em 1780, procurando perceber a atividade produtiva nas sesmarias doadas na Borda do Campo e nas posses da Mantiqueira. É interessante notar que o conjunto geográfico desta análise (Borda do Campo e Mantiqueira) constitui, na posterior criação da Vila de Barbacena, freguesias do Termo da Vila. Enfim, o que o autor pode perceber é que em 76,19% das atividades produtivas nas sesmarias estavam relacionadas à agricultura, assim como em 50% dos casos de posse na Mantiqueira¹². Rodrigues pode constatar ainda que, em segundo lugar a atividade mais praticada era a associação da agricultura com a pecuária.

Estes dados nos informam a configuração econômica desta região no período de sua formação. Entretanto é o final do século XVIII que talvez marque as transformações mais profundas. Antes, porém, de nos determos nesta análise, torna-se necessário destacar que, em termos jurídico-administrativos, sua origem remonta à 1709, quando é fundada, de acordo com a carta-régia de nove de novembro, a nova Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, desmembrada da capitania do Rio de Janeiro, dentro dos acontecimentos finais da Guerra dos Emboabas¹³. Em 1720 temos a criação da capitania de Minas Gerais, com a separação da região das minas da capitania de São Paulo. Neste momento a Capitania mineira é dividida em Comarcas. Desta forma, ao longo do período colonial a Capitania Mineira fora dividida em 05 Comarcas (em 1714 foram criadas as de Vila Rica, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro Frio; em 1815 a de Paracatu)¹⁴. Ainda em todo o período colonial foram criadas em Minas, 16 vilas e 01 cidade.

Segundo João Antônio de Paula, a sonegação do “status” de cidade àqueles dinâmicos núcleos urbanos mineiros foi expressão de política geral que o poder metropolitano tentou praticar em Minas Gerais. Era fruto de uma tentativa de manutenção do controle da região, uma vez que, o estatuto de cidade dava privilégios que o de vila não condicionava como usar pistola, a faca de ponta e o punhal. A única cidade então criada fora Mariana (1745), por abrigar a sede do Bispado¹⁵. A constituição das vilas, segundo o mesmo autor, pode ser segmentada em três momentos: o primeiro e o segundo vão da formação dos primeiros núcleos à consolidação do centro minerador, no período de 1711 à 1729. O terceiro momento, passados 60 anos, corresponde à fase de decadência da atividade mineradora e, portanto, marca a criação de 07 vilas, caracterizadas todas por uma

¹² RODRIGUES, André Figueiredo. Op. Cit. P. 168 e 182.

¹³ PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **Ocupação do espaço, formas de produção e território:** uma nota sobre a formação territorial de Minas Gerais. Revista Científica da FAMINAS. – v. 1, n. 2 (maio/ago.) 2005. p.263.

¹⁴ Idem. p. 267.

¹⁵ PAULA, João Antônio. **Raízes da modernidade em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 37.

forte vocação agrária¹⁶, como no caso da Vila de Barbacena (1791), nosso objeto de estudo, demonstrado através dos apontamentos de sesmarias anteriormente mencionados no texto. No decorrer da segunda metade do século XVIII, com a crise do ouro, a tendência à diversificação econômica presente desde os primórdios da ocupação passou a desempenhar papel preponderante na economia da capitania. Minas reordenou-se para o suprimento da cidade do Rio de Janeiro, cujo crescimento demográfico foi notável a partir de 1760¹⁷. Na verdade, analisando a Capitania Fluminense no entremear de 1650 a 1750, o historiador Antônio Carlos Jucá de Sampaio¹⁸, pode verificar que este crescimento populacional já se verificava na dita Capitania desde início do século XVIII. Ao contrário do que a historiografia até então informava, segundo o autor não se verificava uma “crise geral”, por muitos delineadas para a América Portuguesa. Para este a crise observada neste momento deve ser matizada uma vez que a rápida abertura de novas áreas de povoamento no interior do território colonial, já refletia em razoáveis transformações na sociedade fluminense.. Há que se levar em conta ainda que este período final dos setecentos está relacionado também ao movimento conspiratório da Inconfidência Mineira.

Revisitando a historiografia sobre o tema, e mesmo as fontes já trabalhadas, João Pinto Furtado¹⁹, examinou as condições materiais de existência dos protagonistas do movimento, procurando a partir de seus objetos e fragmentos ligados à sua existência cotidiana, evidências dos possíveis modos de vida, com a finalidade de perceber seus interesses econômicos, através de percepções diferenciadas da viabilidade e de motivações distintas para o feito. Ao analisar o dinamismo que a Comarca do Rio das Mortes apresentava naquele momento e a grande participação de inconfidentes daquela região o autor sugere que:

“Não está afastada, portanto, a possibilidade que mesmo ao aventarem uma nova ordem, os inconfidentes não estivessem atentos à não desprezível possibilidade de recuperação de um arcabouço institucional que lhes assegurasse algum nível de representação no mundo luso-brasileiro. A república por eles aventada, de fato, teria “vários parlamentos”, mas, segundo indicam as evidências, distribuídos entre a capital São João Del Rei, e as principais localidades que polarizavam a economia das Minas Gerais. Provavelmente, os parlamentos seriam distribuídos entre os principais pólos regionais, tradicionais e consolidados (...) e, ainda, alguns emergentes. Nessa última

¹⁶ Idem. Apud: PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Op. Cit. p.267.

¹⁷ FRAGOSO, João Luis, FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia – Rio de Janeiro 1790-1840. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 79.

¹⁸ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Na Encruzilhada do Império. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. A esse respeito conferir principalmente a Introdução e o Capítulo I.

¹⁹ FURTADO, João Pinto. O Manto de Penélope. História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Sobre as condições matérias dos inconfidentes ver principalmente o Capítulo II.

categoria, provavelmente se destacariam o Arraial da Igreja Nova, que foi logo depois elevado à condição de Vila de Barbacena, em 1791²⁰ⁿ.

O autor destaca que na condição de Vila, a localidade passava a ter o direito, não desprezível na ordem setecentista, de constituir Câmara a qual possuía direito de representação direta à Coroa na forma de petições e requerimentos que pudessem ser apresentados à revelia dos governadores²¹. Enfim, estas considerações nos fazem tentar perceber melhor o dinamismo desta população em crescimento e com ritmos diferenciados em termos de proporção da população nelas residentes.

Utilizando-se de dados gerais relativos à população da capitania, já levantados por outros historiadores, podemos visualizar melhor este crescimento, conforme segue nas Tabelas 01, 02 e 03.

Tabela 01
Crescimento da população total e % de escravos da capitania de Minas Gerais por Comarca (1767-1821)

| Comarcas | 1767 | | | 1821 | | |
|-----------|------------|-------------|------|------------|-------------|------|
| | Pop. total | Pop.escrava | % | Pop. total | Pop.escrava | % |
| CVR | 60.249 | 38.647 | 64,1 | 75.573 | 26.936 | 35,6 |
| CRM | 49.485 | 26.891 | 54,3 | 213.617 | 84.995 | 39,8 |
| CRV | 69.328 | 43.027 | 62,1 | 141.312 | 45.297 | 32,1 |
| CSF | 29.538 | 18.038 | 61,1 | 83.592 | 24.640 | 29,5 |
| Capitania | 208.600 | 126.603 | 60,7 | 514.094 | 181.868 | 35,4 |

Fonte: ALMEIDA, Carla M. C. **Homens ricos, homens bons**: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822. Niterói: UFF, 2001. (Tese de doutorado). P.53.

De acordo com esta tabela podemos perceber e confirmar a reorganização do número da população por comarca, pelo qual a capitania mineira passou na transição do século XVIII para o XIX. Realmente fica claro como que a Comarca de Vila Rica, que no auge aurífero chegou a comportar a maioria da população da Capitania, já no final do setecentos, mas, principalmente, no início do século XIX, se caracterizava como a região de menor população no espaço mineiro. Por outro lado, a região de maior crescimento populacional é a da Comarca do Rio das Mortes, que quadruplicou sua população, isto em relação não somente à camada livre como também à escrava, não obstante podendo ser observado que a população livre na região aumenta em importância, atingindo uma taxa de crescimento de 305,17%, enquanto a escrava cresce 43,65%. Segundo Carla Almeida, estes dados revelam a importância cada vez maior que a mão-de-obra livre passou a ter na capitania, apontando para a existência de um grande número de unidades produtivas

²⁰ FURTADO, João Pinto. Op. Cit. p. 157.

²¹ Idem. p. 159.

atuando com base na mão-de-obra familiar²² e isso ao que parece não fora uma característica somente de uma ou outra comarca. Se observarmos o percentual dos escravos em relação à população total de todas as regiões, percebemos uma relação muito próxima entre elas, girando em torno de 60% da população em 1767 e de 35% em 1821, para todas as regiões.

Minas encerra o século XVIII como a capitania mais populosa da América portuguesa, e avança pelo Dezenove sustentando esta posição, o que acabou por ser muitos anos depois uma evidência incômoda às posições historiográficas de uma prolongada e vigorosa decadência econômica da capitania após o auge do ouro. À luz de novas fontes de estudo e sob novas perspectivas de abordagem, Roberto Borges Martins e Robert W. Slenes no início dos anos 80 abriram a possibilidade de uma revisão historiográfica para o período de transição do século XVIII para o XIX²³.

Para uma economia estagnada com o declínio da mineração, pensar numa grande concentração de escravos, a maior de todas as províncias da colônia no início do século XIX, supõe uma relação contraditória à decadência econômica. Assim, Roberto Borges Martins e Martins Filho atentam ainda que, ao contrário do que se afirmava até então, esses escravos não eram herança da decadência das áreas mineradoras, mas, sim, o resultado de importações recentes. Portanto, por Minas não possuir economia de *plantation* e ser a maior importadora de escravos, o autor, ao falar da economia mineira, a caracteriza pela existência de unidades auto-suficientes produzindo para o autoconsumo e para venda de excedentes para o mercado local. Nas Minas oitocentistas, as importações de escravos não se relacionavam com a evolução de um único produto, setor ou região, mas com a demanda conjunta de vários setores de uma economia diversificada. Os autores confirmam seus dados com base em centenas de documentos inéditos do Arquivo Público Mineiro, gerados por autoridades municipais, paroquiais e distritais, que atendiam às tentativas de recenseamento feitas pelo governo provincial mineiro, desta forma suas novas estimativas sobre a população de Minas superaram as até então existentes.

Em contrapartida, Robert W. Slenes²⁴, sem desconsiderar a contribuição dos Martins para os novos estudos sobre Minas Provincial, contestou-os em alguns aspectos. A maior polêmica talvez tenha sido o fato de que se a economia mineira não estava ligada ao mercado para fora da província, como esta conseguiu absorver tantos escravos?

Para Slenes, isto se explica pela ligação desta província a mercados externos, principalmente no abastecimento da corte e às regiões cafeeiras de São Paulo e Rio de

²² ALMEIDA, Carla M. C. Op. Cit. P. 52.

²³ MARTINS, Roberto Borges e MARTINS FILHO, Amílcar. **A escravidão numa economia não Exportadora: Novas Perspectivas sobre Minas Gerais no Século XIX.** SLENES, Robert W. **Os múltiplos de porcos e diamantes: A economia escravista de Minas Gerais no século XIX.**

²⁴ SLENES, Robert W. Op. cit.

Janeiro. Na primeira metade do século XIX, longe de ser uma região pouco voltada para fora, como Martins afirmava, a economia mineira era de exportação e bastante significativa. Esta opinião tem confluência com as considerações de Alcir Lenharo²⁵ que documentou a importância do Sul de Minas como fornecedor de gado e outros mantimentos para a cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX, conforme relatamos no início do texto, dando destaque para a Comarca do Rio das Mortes.

Portanto, a maior contribuição do trabalho de Slenes foi a de demonstrar a importância de Minas como um centro dinâmico, e os efeitos multiplicadores sobre o resto da economia, o que para ele explicava o apego dos mineiros à escravidão durante boa parte do século. Sendo assim, podemos perceber que, afora as divergências em alguns pontos, Martins e Slenes muito contribuíram para uma renovação da historiografia mineira sob a perspectiva de desenvolvimento desta província no pós “boom minerador”, e não de estagnação econômica.

O movimento de rearticulação populacional do espaço mineiro que tentamos demonstrar, para além de ter ocorrido entre as Comarcas, manifestou-se também no interior destas. Analisando a composição populacional dos diversos termos da Comarca do Rio das Mortes podemos perceber melhor esta situação, além de podermos nos atentar melhor para a conformação populacional do espaço que elegemos para a pesquisa, que fora a Vila de Barbacena.

Tabela 02: População Comarca do Rio das Mortes e seus Termos (1808-1835).

| Termo | População | | | | | |
|------------------|-----------|-------|---------|-------|---------|-------|
| | 1808 | % | c.1820 | % | 1835 | % |
| São João Del Rei | 25.441 | 16,43 | 44.354 | 18,73 | 44.899 | 14,28 |
| São José Del Rei | 21.488 | 13,87 | 17.170 | 7,25 | 36.608 | 11,64 |
| Barbacena | 16.237 | 10,48 | 29.155 | 12,31 | 36.361 | 11,56 |
| Campanha | 55.375* | 35,76 | 49.246 | 20,79 | 64.543 | 20,52 |
| Baependi | | | 30.902 | 13,05 | 45.373 | 14,43 |
| Jacuí | | | 15.229 | 6,43 | 32.545 | 10,35 |
| Tamanduá | 16.030 | 10,35 | 28.029 | 11,84 | 29.441 | 9,36 |
| Queluz | 20.298 | 13,11 | 22.734 | 9,60 | 24.725 | 7,86 |
| Total | 154.869 | 100 | 236.819 | 100 | 314.495 | 100 |

* Inclui os totais relativos a Baependi e Jacuí.

FONTE: CUNHA, Alexandre Mendes. **Vila Rica – São João Del Rei: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX**. Niterói: UFF, 2002. (Dissertação de Mestrado). P.303.

²⁵ LENHARO, Alcir, Op. Cit.. Ver nota 05.

Tabela 03: Crescimento Anual da População da Comarca do Rio das Mortes e seus termos (1808-1835).

| Termo | Crescimento Anual | | |
|------------------|-------------------|-----------|-----------|
| | 1808-1820 | 1820-1835 | 1808-1835 |
| São João Del Rei | 4,63 | 0,08 | 2,10 |
| São José Del Rei | -1,87 | 5,05 | 1,97 |
| Barbacena | 4,88 | 1,47 | 2,99 |
| Campanha | - | 1,80 | 0,57 |
| Baebendi | | 2,56 | |
| Jacuí | | 5,06 | |
| Tamanduá | 4,66 | 0,33 | 2,25 |
| Queluz | 0,94 | 0,56 | 0,73 |
| Total | 3,54 | 1,89 | 2,62 |

FONTE: Cunha, Alexandre Mendes. Op. Cit. P. 203.

Apesar de trabalharmos com o período de 1791 a 1822, infelizmente não possuímos dados relativos à população dos termos da Comarca do Rio das Mortes anteriores a 1808, o que nos fez considerar a sistematização feita por Alexandre Mendes Cunha uma montagem de muita valia para empreendermos as modificações populacionais neste espaço.

Pelas taxas de crescimento anual podemos perceber que de uma forma geral no período apreendido o crescimento ocorre em todos os termos, com exceção para o termo de São José Del Rei no período de 1808-1820. Contudo essa taxa negativa deve ser matizada e não compreendida somente como um esvaziamento da população desta região. Afonso de Alencastro Graça Filho chama a atenção em um artigo para a confusa política administrativa adotada em Minas na primeira metade do século XIX. Esta confusão gerou uma sobreposição dos níveis de competência e um constante desmembramento, reagrupamento, supressão e reinstalação de distritos, vilas e comarcas²⁶. Desta forma não temos como saber se esta taxa negativa neste período não pode significar o desmembramento de arraiais e distritos.

Podemos perceber ainda que o ritmo de crescimento também varia de um termo para o outro, e nos chama a atenção para o intervalo de 1808-1820 ser o termo de Barbacena o de maior crescimento dentre todos os outros da Comarca do Rio das Mortes, apesar de possuir neste período de 10 a 12% da população da Comarca. Note-se ainda que mesmo não mantendo a maior taxa de crescimento anual no segundo período (1820-1835), o termo permanece na análise geral (1808-1835), como o que anualmente crescia mais. Neste caso também devemos nos atentar para o fato deste crescimento poder significar rearticulações de arraiais e distritos. Contudo um dado que nos auxilia a matizar esta idéia

²⁶ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **Jogando Caxangá**: notas sobre as divisões jurídico-administrativas na Comarca do Rio das Mortes durante o século SIS. Vertentes, São João Del-Rei, n. 7, p. 29-37. jan./jun. 1996. p. 29.

são alguns mapas de população para o termo de Barbacena para os anos de 1809, 1813, 1814, 1815 e 1819²⁷.

Estes mapas foram por nós recentemente localizados na Coleção da Casa dos Contos, documentos avulsos que estão sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. Estes mapas nos servirão para percebermos melhor a dinâmica interna da população da região estudada. Para o momento, como ainda não sistematizamos seus dados, cumpre acrescentar à presente discussão que, ao dividir o termo em freguesias, pudemos perceber que as freguesias presentes no ano de 1809, não se modificam no mapa de 1815, sendo somente acrescentada uma em 1819, assim como desmembrada parte de outra. Enfim, nos mostra como o crescimento anual demonstrado na tabela 03 para 1808-1820, realmente está mais relacionado a um aumento da população. Os mapas acima anunciados nos possibilitarão analisar a composição desta população entre homens e mulheres, livres e escravos, brancos, pretos e mulatos, concentração por freguesias, número de nascimentos e óbitos, média de idade da população, número de fogos e o número de rapazes de todos os segmentos de idade entre 20 e 30 anos capazes de pegar em armas, ou seja, trata-se de uma documentação muito preciosa.

Com relação ainda à tabela 03, acreditamos poder inferir que o crescimento da região estudada já ocorria desde a última década do setecentos. Corrobora esta assertiva o pedido dos povos da região ao governador onde: *“postrados omildemente aos pés de V. Ex.^a (...) imploram com suspeiros o oportuno remédio na grandesa de V. Ex.^a facultando-lhes a graça da criação de huma nova Villa no arrayal da Igreja nova da Borda do Campo (...) por conter aquele d.^o arrayal toda a capacid.^o p.^a hua numeroza Povoação, cituado em Estrada geral do comercio dos viandantes do Rio de Janeyro (...).*²⁸” E, nota-se que, em pleno processo de devassa, a comarca que contava com 14 dos 24 principais inconfidentes tem elevado à condição de Vila o arraial que abrigava pelo menos 04 destes, sendo um deles, José Aires Gomes, o maior possuidor de terras na Borda do Campo e um dos maiores de Minas Gerais, que dentre outros assina o pedido acima citado encaminhado ao Governador.

Neste sentido, uma vez perpassado este panorama, acreditamos que se trata, assim, de buscar entender as determinações decorrentes da estrutura e dinâmica da economia mineira, no período colonial, isto é, como determinadas estruturas de propriedades produtivas, de distribuição de renda, aplicação da riqueza determinaram, propiciaram e consolidaram um processo complexo e multifacetado, de que são expressões a imposição

²⁷ Fundo Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro. Planilha 20453, rolo 531, foto/microfilme 0269; Planilha 30443, rolo 539, foto/microfilme 0793; Planilha 20305, rolo 529, foto/microfilme 0033; Planilha 20369, rolo 529, foto/microfilme 0953, 0954, 0955 e 0956.

²⁸ Autos da criação da Villa de Barbacena na Comarca do Rio das Mortes. RAPM. Ano 1. jan./mar. 1896. Ouro Preto, 1896. p. 119-120.

do Estado, a consolidação de rede urbana, a diversificação de estrutura social em Minas Gerais. Para tanto, nos propomos em apresentar os primeiros dados relativos à análise dos ativos que compuseram a riqueza da região, através do levantamento de inventários post-mortem referentes à primeira década da elevação do antigo Arraial da Igreja Nova da Borda do Campo à condição de Vila.

Para procedermos ao levantamento sumário dos inventários do período de 1791 a 1822, a primeira dificuldade apresentada foi identificar quais documentos verdadeiramente pertenciam à Vila de Barbacena. Isso porque quando o antigo arraial da Igreja Nova da Borda do Campo foi elevado a Vila, esta passou a ser o centro de todo um território da Comarca do Rio das Mortes, denominado de Termo de Barbacena.

Segundo a Corografia Histórica de Minas Gerais de 1837²⁹, o Termo de Barbacena achava-se dividido em quatro grandes distritos: o Distrito da Vila de Barbacena, o Distrito de Engenho do Mato, o Distrito de Ibitipoca e o Distrito de Simão Pereira, além de para cada desses grandes distritos haver outros arraiais sob sua dependência. Sendo assim, dei procedimento à primeira delimitação das fontes. Resolvi não utilizar os inventários dos Distritos de Simão Pereira, Engenho do Mato e o de Ibitipoca.

A partir dessa primeira delimitação, procurei cruzar os topônimos encontrados no levantamento com os da relação feita pelo “Registro das instruções e formalidades oferecidas pelo Desembargador Provedor da Real Fazenda desta Capitania para administração do contrato dos dízimos por conta de Sua Majestade – de 1766³⁰”, quando a região da Vila de Barbacena tinha denominação de Borda do Campo. No atual estágio da pesquisa através da coleta de dados nos inventários e comparando com a divisão das freguesias do Termo de Barbacena encontrados nos mapas de população anteriormente mencionados, realmente podemos perceber que a divisão que Cunha Matos faz em 1837 em muito se aproxima com a realidade no início do século. Desta forma o que denominamos de Vila de Barbacena, compõem-se do distrito da Vila e de arraiais, paragens, aplicação e povoados ao seu redor.

Feita esta concordância, portanto, arrolamos no arquivo Histórico Municipal “Altair Savassi” – Barbacena/MG, para todo o recorte temporal da pesquisa (1791-1822), 272 documentos referentes às 1ª e 2ª secretarias de vara cível. Nota-se que alguns inventários ao serem abertos demonstram pertencer a alguma localidade das outras freguesias não abarcadas pela análise, mas em número mínimo. Assim ao término da coleta de dados é que teremos o número real de inventários. Numa divisão por décadas podemos destacar

²⁹ MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. p. 126-133.

³⁰ Arquivo Público Mineiro, CC 159, fls 4v-5. Apud: CARRARA, Ângelo. **Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais: 1674-1807**. Rio de Janeiro: IFCHS/UFRJ, 1997 (Doutorado).anexo I.

que 53 deste inventariados são do período de 1791-1800, os quais apresentaremos dados parciais de um total de 33 documentos, sendo que só não será contemplado pela amostragem o ano de 1798, por ainda não termos nenhum documento coletado dos 08 existentes para este ano.

Antes de passarmos à análise propriamente dos ativos que constituem a riqueza da região, algumas considerações acerca dos inventariados por nós analisados devem ser postas. A primeira é que o uso do inventário só nos permite visualizar uma parcela mínima da população, aquela que fora capaz de acumular algum bem. Desta forma, é destas pessoas que estaremos falando e não da maioria da população de homens livres pobres que não tiveram bens para serem inventariados. Contudo, esta constatação por si só é relevante para percebermos quão desigual e hierarquizado é o espaço que estamos analisando.

Assim optamos por começar destacando os primeiros informes deste grupo de inventariados: estado civil, residência, grau de parentesco entre inventariados e inventariantes, atividade exercida, naturalidade/nacionalidade, os que possuíam escravos ou não, enfim, procuramos vislumbrar o entorno das vidas destas pessoas. Portanto o perfil que nos informa é o seguinte: dos inventariados analisados 69,70% são do sexo masculino, portanto sua maioria. Aproximadamente 78% dos inventariados ao morrerem eram casados deixando esposa ou esposo vivos. Do restante, 18,18%, já eram viúvos e somente uma pessoa era solteira ao falecer. Aparentemente, a associação dos preceitos da Igreja Católica à vida das pessoas que possuíram bens a serem inventariados na Vila se fez muito presente.

A ligação do inventariante com o falecido também é um dado que os inventários nos informam. Dos inventariados casados, 77,78% destes tiveram como inventariante o cônjuge. E os outros 22,22% apesar de não serem os viúvos estavam divididos entre filhos, genros e cunhados. Já os falecidos que já eram viúvos no momento de sua morte, em 100% dos casos tiveram como inventariante os filhos e/ou genros e noras. O inventariado solteiro teve seu irmão como o responsável em proceder seu inventário. Realmente esta função de se proceder ao inventário apareceu como uma função da família, principalmente dos parentes mais próximos.

Ao contextualizarmos a transição do século XVIII para o XIX, falávamos do redirecionamento das atividades do centro minerador para outras regiões. Este fenômeno marcou também, o movimento de pessoas de uma Comarca para outra, assim como a incorporação de novas pessoas à Capitania. Apesar de 63,64% dos inventários não apresentarem informações sobre a naturalidade e a nacionalidade das pessoas, podemos perceber que os que informaram indicaram, 01 sendo de origem da própria Capitania, 03

apresentou ter naturalidade em outra Capitania brasileira e 08 inventariados, tinham seu nascimento em freguesias de Portugal.

Parece que informar a profissão não era uma prática recorrente ao período, uma vez que não encontramos nenhuma menção à profissão de nossos personagens, contudo títulos eram comuns. Dentre o universo levantado temos três capitães, um alferes, um padre e uma mulher referida como Dona.

A preocupação de livrar-se dos pecados e especificar alguns legados foi recorrente em 11 casos, nos quais os inventariantes declaram que o falecido tinha testamento e o mesmo foi anexado ao inventário.

Como forma de melhor visualizarmos a composição e a residência de nossos atores procedemos a uma divisão entre os documentos levantados, classificando-os de urbanos ou rurais. Consideramos ser difícil fazer tal distinção para este período, uma vez que casas de dentro do perímetro dito “urbano” da Vila podiam possuir algumas benfeitorias comuns a fazendas e sítios. Acreditamos que neste meio os costumes ainda são comungados como um só. No entanto, esta divisão é operacionalizada da seguinte forma: por urbano estamos entendendo pessoas que moram dentro do distrito da Vila, em suas ruas centrais, próximas à Igreja Matriz; e por rural toda unidade localizada em algum arraial, paragem, aplicação e povoado ao redor da Vila e do alcance de sua Freguesia. Desta forma pudemos perceber que 28 das pessoas inventariadas tinham sua residência no meio rural, 04 no meio urbano e uma pessoa congregava fazenda e casas de morada na Vila.

Essa conformação já nos chama a atenção para o tipo de investimentos que compõem a riqueza da região. Desta forma não foi surpresa percebermos que em 33 inventários, 31 eram possuidores de escravos, totalizando-se 289 cativos. A média de posse ficou então em torno de 8,75 escravos por pessoa. Contudo, 48,39% dos proprietários possuíam de 01 a 05 cativos, 19,35% de 06 a 10 e 16, 13% acima de 20, sendo que o inventariado de maior plantel possuía 32 escravos. Esta média de escravos está muito próxima para o que Carla Almeida³¹ encontrou para o Termo de São João Del Rei, no período de 1780/1822 (média de 10 escravos por pessoa) e do que Mônica Ribeiro de Oliveira³² encontrou para o Termo de Barbacena (1780/1808), no qual a autora ponderou que a maior parte dos proprietários possuía plantéis de até 10 escravos.

A disseminação da propriedade escrava parece indicar que as atividades desenvolvidas na Vila foram capazes de fazer com que as pessoas acumulassem pecúlio a ponto de investir no bem de maior valor no período. Demonstra também, apesar de ainda não termos sistematizados os dados, que a maioria destes escravos era de origem africana,

³¹ ALMEIDA, Carla M. C. de. Op. Cit. p. 77

³² OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870**. Niterói: UFF, 1999. (Tese de Doutorado) p. 75

sendo então a formação destes plantéis constituída via tráfico. Por enquanto, nosso interesse era demonstrar este panorama geral do que e de quem estamos falando, para podermos adentrar então na concentração de suas riquezas.

Para esta análise os dados dos inventários foram coletados sistematizando os seguintes grupos dos bens materiais: pertences e utensílios, que englobou utensílios de cozinha como tachos, panelas, pratos, roupas, acessórios; o mobiliário; dinheiro (ouro em pó); Jóias (ouro lavrado); mercadorias (referente a loja de secos e molhados, botica etc. Como nesta amostragem somente quatro documentos dizem respeito ao meio urbano propriamente dito, não observamos a presença deste item); instrumentos profissionais (enxadas, machados, foices, rodas de fiar, tear); equipamentos (outros instrumentos que não se encaixavam nos anteriores como, carro, sela, martelo, relativo aos ofícios de carpinteiro, sapateiro, forno, lambique, engenho entre outros); outros, quando não conseguimos agrupar; roças e colheitas; animais (bois de carga, bois, suínos, eqüinos, muares, caprinos, ovinos); escravos; Benz de raiz (Fazenda, casas, terras, benfeitorias, sítios, chácaras); e por fim dívidas ativas e passivas.

Sistematizando os dados através das divisões acima mencionadas, pudemos chegar ao resultado da tabela 04. Torna-se necessário avaliar e definir o peso das diversas atividades e bens que constituem esta riqueza, para que possamos melhor caracterizar a estrutura que perpassa a Vila. Entretanto a análise aqui auferida consta somente de alguns apontamentos que deverão ser melhores delineados.

Assim como o observado por Carla Almeida³³ para a Comarca do Rio das Mortes, percebermos um baixo percentual dos ativos jóias e dinheiro. Representando respectivamente, 0,16% e 0,75%, estas características apontam para uma economia com baixa liquidez e pequena circulação monetária. Ao mesmo tempo, apontam para uma concentração destes ativos em poucas mãos, uma vez que a presença destes não fora disseminada pelas pessoas inventariadas.

³³ ALMEIDA, Carla M. C. de. Op. Cit. p. 174.

Tabela 04
Composição da riqueza, em mil-réis, nos inventários da Vila de Barbacena – 1797/1800.

| Ativos | Valor | % |
|-----------------------------------|--------------------|------------|
| Pertences e utensílios domésticos | 1:048\$240 | 1,37 |
| Mobiliário | 412\$531 | 0,55 |
| Dinheiro | 578\$827 | 0,75 |
| Jóias | 115\$510 | 0,16 |
| Instrumentos Profissionais | 456\$926 | 0,59 |
| Equipamentos | 401\$967 | 0,53 |
| Roças/Colheita | 996\$960 | 1,30 |
| Animais | 3:433\$065 | 4,48 |
| Escravos | 26:855\$400 | 35,10 |
| Benz de raiz | 29:915\$080 | 39,08 |
| Dívidas Ativas | 12:126\$812 | 15,84 |
| Outros | 188\$180 | 0,25 |
| Total – Monte-mor | 76:529\$498 | 100 |
| Total de Inventários | 33 | 100 |

Fonte: Inventários post-mortem do AHMAS (Arquivo Histórico Municipal “Altair Savassi”). 1ª e 2ª Secretarias de Vara Cível.

O mesmo podemos perceber com relação aos ativos pertences e utensílios domésticos e mobiliário. Como mencionamos anteriormente neste item arrolamos bens de cozinha, vestuário. Segundo Leila Mezan Algranti³⁴, no final do século XVIII e início do XIX, o costume de comer com as mãos ainda era corrente, em todos os grupos sociais. Porém a presença de garfos, colheres e facas na composição das cozinhas da maior parte dos lares da elite colonial transformaram estes objetos em artigos de luxo. Parece que só o fato destes pertences chegarem a ser avaliados num inventário demonstra o valor a eles dados nesta sociedade. O mais comum era a utilização de cobre, ferro e estanho na fabricação desses utensílios, contudo sua utilização não era tão recorrente como percebemos pela participação destes ativos nos inventários. A modéstia do mobiliário também se mostra evidente assim como sua falta. Esta precariedade, segundo Algranti³⁵, pode se explicada pela falta de recursos financeiros, pela ausência de artesãos competentes e até pelo modo de vida itinerante. No que se aplica ao nosso universo, que tem se demonstrado rural aparentemente os recursos serão utilizados em setores de produção, que possam lhe gerar algum retorno.

A atividade comercial “stritu sensu”, através dos inventários não foi possível estar apreendendo, uma vez que não arrolamos nenhum item em mercadoria, contudo tendo por base os relatos de Saint-Hillaire, que é posterior a este período, mas nos chama a atenção, a Vila de Barbacena possuía várias lojas muitas bem sortidas, vendas e hospedarias que

³⁴ ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. vol. 1. p. 122.

³⁵ Idem, p. 105.

eram de muita utilidade para os tropeiros, pois depois de vários dias de viagem encontravam aí tudo o que precisavam para se abastecer³⁶. No inventário de Antônio Monteiro da Fonseca, aberto no ano de 1794, morador no Sítio denominado Rocinha do Queirós, sua esposa, inventariante, declara que este sítio se “(...) compõem de casas de vivenda de sobrado, coberta de telha, com seu quintal tapado de muro de pedra, rancho de passageiros e tropa (...)”³⁷. Esta informação nos faz supor que estas atividades mercantis não sejam próprias somente de casas de dentro da vila, estando ocorrendo paralelo ao campo e às atividades agropastoris.

Agora, a pequena participação dos instrumentos de trabalho na composição do patrimônio, mesmo se somarmos instrumentos profissionais com equipamentos, indicam uma economia muito mais dependente das constantes incorporações de terras e mão-de-obra do que do aprimoramento técnico. Ou seja, um sistema econômico caracterizado pela forma extensiva de produção³⁸. Interessante perceber também que a atividade predominantemente agrícola nas sesmarias concedidas não aparece nos inventários de forma superior à criação de animais. Estes chegam a significar três vezes mais na hierarquia das fortunas. Nota-se também que os únicos produtos que aparecem nos inventários são o milho e o feijão, mas sempre conjugados com a atividade pecuária. Segundo Burton e Saint-Hilaire, utilizavam o gado leiteiro para a produção de queijo, que era exportado para a capital do Império³⁹. Ou seja, o gado era criado e além do leite e seus derivados, sua carne era igualmente destinada ao Rio de Janeiro⁴⁰. Realmente, apesar de percebermos a presença de eqüinos, caprinos, ovinos, muares e suínos, é maior a presença de gado vacum.

Neste sentido, o fato de serem as terras a maior riqueza significaria a possibilidade não só da subsistência como também a existência de mecanismos capazes de gerar acumulação e incorporação de mais mão-de-obra. Em relação à qualificação desta escravaria, não adentraremos em mais detalhes, por não permitir e nem ser o objetivo deste.

Outra importante constatação é a participação relativa das dívidas ativas dentro das riquezas. De todos os inventários 13 eram possuidores de dívidas ativas, contudo somente uma pessoa detinha 8:380\$213 do total de 12:126\$812 das dívidas, demonstrando que apesar de certa difusão, os mecanismos de crédito estavam de certa forma, pelo menos os

³⁶ SAINT-HILLAIRE, August. **Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: USP, 1975. P. 61-63.

³⁷ Inventário do Arquivo Histórico Municipal “Altair Savassi”, Código: 2 SVC, Caixa: 03, Ordem: 08.

³⁸ ALMEIDA, Carla M. C. de. Op. Cit. P. 176

³⁹ BURYTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a morro Velho**. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: USP, 1976. P. 93.

⁴⁰ SAINT-HILAIRE in Suplemento Literário. **Minas Gerais: os viajantes estrangeiros**. 4 ed. Ano V. Belo Horizonte: 1970. P.6.

fornecedores dos maiores créditos, a um número restrito de pessoas. Antônio José Rabello Guimarães⁴¹, detentor deste alto valor de dívida ativa, faleceu em 1791 e era detentor de um patrimônio no valor de 11:047\$631, ou seja, cerca de 75% de seu patrimônio estava concentrados nas dívidas, concedidas como crédito a 30 pessoas, sendo que para uma das pessoas era sobre a testamentária do falecido Domingos Pires (3:546\$226).

Ao mesmo passo, parece que grande parte da população é devedora. A disseminação de dívidas passivas foi maior, 20 inventariados, totalizando um valor de 12:409\$454, um pouco maior que o valor das ativas.

Enfim, estes são dados que necessitam ser mais bem trabalhados mas para o início de uma pesquisa já nos dão alguma informações relevantes sobre a pequena circulação monetária, os mecanismos de acumulação, o tipo de atividade produtiva, a mão-de-obra empregada, além de pistas de como direcionar o trabalho para podermos dar o melhor contorno possível. Portanto, esperamos que a concretização desta pesquisa possa delinear com mais clareza a importância econômica, política e estratégica dessa região no contexto da história brasileira e da capitania mineira, na transição do século XVIII para XIX. Nesse sentido a História Regional em muito tem contribuído e ainda virá a contribuir para o fazer da história no Brasil, uma história que em nosso entendimento é uma história de particularidades.

BIBLIOGRAFIA

⇒ LIVROS

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo Vainfas (orgs.). **Domínios da História** – Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. (org.) **Escravidão e Abolição no Brasil**. Novas Perspectiva. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes – Mercadores das Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: ANNABLUME, 1999.

COSTA, Iraci Del Nero & LUNA, Francisco Vidal Luna. **Minas Colonial: Economia e Sociedade**. São Paulo: Pioneira, FIPE, 1982.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento: fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras** – Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no rio de Janeiro (1790-1840)**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

⁴¹ Inventário do Arquivo Histórico Municipal “Altair Savassi”. Código: 2 SVC, Caixa: 120, Ordem: 02.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos**. A Dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luis. **Homens de Grossa Aventura**: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 18 ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974.

FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as Novas Abordagens para uma História do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

_____. **Homens de negócio**: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p 143-179.

_____. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: A Micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.p.169-178.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da Decadência de Minas Gerais – São João Del Rei (1831-1888)**. Belo Horizonte: ANNABLUME, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Difel, 1985. Tomo III. V. 3.

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovani. **A herança imaterial**: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBBY, Douglas C. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**. São Paulo: Brasiliense, 1988

LINHARES, Maria Yedda Linhares (org.) **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MASSENA, Nestor. **Barbacena – A Terra e o Homem**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1985. v. 1 e 2

MAXWELL, Kenneth. **A Devassa da Devassa – A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808**. 3 ed. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 1995.

MOTA, Carlos Guilherme. **1822: Dimensões**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1984.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII**. 2 ed. Belo Horizonte: ANNABLUME, 2000.

_____. **VENDA NOVA – Séculos XVIII e XIX – Um estudo de História Regional**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

PAULA, João Antônio. **Raízes da Modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

REVEL, Jacques. (org.). **Jogos de Escala**. A Experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1998.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de Sampaio. **Na Encruzilhada do Império**. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SAVASSI, Altair. **Barbacena 200 anos**. Belo Horizonte: Editora Lemi S. A, 1991. v 1 e 2.

SILVA, Marcos A. da (org.). **A República em Migalhas**. História Regional e Local. Rio de Janeiro: Marco Zero CNPq, 1990.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VASCONCELOS, Diego de. **História Antiga de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

_____. **História Média de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

⇒ TESES

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens ricos, homens bons**: produção e hierarquização social em Minas Colonial (1750-1822). Niterói: UFF, 2001. (Doutorado)

_____. **Alterações nas unidades produtivas mineiras**: Mariana – 1750/1850. Niterói, UFF, 1994. (Mestrado)

CARRARA, Ângelo. **Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais: 1674-1807**. Rio de Janeiro: IFCHS/UFRJ, 1997 (Doutorado).

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870**. Niterói: ICHF/UFF, 1999. (Doutorado)

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX**. São Paulo: FFLCH/USP, 1996 (Doutorado).

RODRIGUES, André Figueiredo. **Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo**. São Paulo: FFLCH/USP, 2002. (Mestrado)

SILVEIRA, Marco Antônio. **Fama pública**: poder e costume nas Minas setecentistas. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. (Doutorado)

⇒ ARTIGOS E PERIÓDICOS

CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo**: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). In: Núcleo de História Econômica e Demográfica – UFOP. Mariana: Séries Estudos – 2, 1999.

_____. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais – Séculos XVIII e XIX**. In: Núcleo de História Econômica e Demográfica – UFOP. Mariana: Série Estudos – 1, 1999.

CUNHA, Alexandre Mendes; Marcelo Magalhães Godoy. **O espaço das Minas Gerais**: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 5; Conferência Internacional de História de Empresas, 6: 2003, Caxambu (MG). Anais... ABPHE, 2003.

FILHO, Gilberto Guerzoni. **Política e Crise do Sistema Colonial em Minas Gerais (1768 – 1808)**. Ouro Preto: Imprensa Universitária da UFOP, 1986.

FRAGOSO, João Ribeiro & PITZER, Renato Rocha. **Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre fonte múltipla – inventários post-mortem.** In: Revista Arrabaldes. Ano I, nº 2 set./dez. 1998.

GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. **Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750).** R. Deptº de História da UFMG, Belo Horizonte, 1(2): 7-36, jun. 1986.

LEWKOWCZ, Ida. **Heranças e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII.** In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 9. nº 17. set.88/fev.89.

LINHARES, Maria Yedda. **O Brasil no Século XVIII e a Idade do Ouro: A Propósito da Problemática da Decadência.** In: Seminário sobre a cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte: Conselho Estadual da Cultura de Minas Gerais, 1979.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. **Inventários e seqüestros: fontes para a história social.** In: Revista do Departamento de História. Nº 9, 1989. Pró Reitoria de Extensão, FAFICH/UFJF.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar e CRUZ DA SILVA, Helenice Carvalho. **Produção econômica de Minas Gerais em meados do século XIX.** In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 5; Conferência Internacional de História de Empresas, 6: 2003, Caxambu (MG). Anais... ABPHE, 2003.

MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX.** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.

SLENES, Robert W. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX.** In: Cadernos IFCH-UNICAMP, Campinas, nº 17, jun. 1985.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **A produção política da economia: formas não mercantis de acumulação e transmissão de riqueza numa sociedade colonial (Rio de Janeiro, 1650-1750).** Topoi, v. 4, n. 7, v.4, jul.-dez. 2003, pp.276-312